

REPRESENTAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL*

REPRESENTATIONS OF SLAVERY IN THE TEXTBOOKS OF HISTORY IN BRAZIL

André Fertig¹
Jefferson Teles Martins²

Recebido em: 09/11/2007
Aceito em: 03/04/2008

Resumo

Pretendemos através deste artigo analisar como alguns livros didáticos utilizados nas aulas de história do Brasil do Ensino Médio têm representado a temática da escravidão. Para tal, procederemos ao estudo dos livros em dois contextos. O primeiro se refere a obras didáticas produzidas antes da década de 1970, para relacioná-los à chamada história tradicional. O segundo contexto diz respeito aos livros editados a partir da década de 1970. Nas obras deste período percebemos dois aspectos importantes: a ênfase no materialismo histórico e nas análises estruturais e, principalmente, a partir dos anos 1980, a influência da pesquisa histórica sobre a escravidão brasileira oriunda das Universidades. Entre nossos objetivos estão caracterizar o tipo de abordagem realizada pelo livro, se mais analítica ou narrativa, bem como identificar as inspirações teóricas e conceitos privilegiados pelos autores. Organizamos a exposição em duas partes: primeiramente, enfocaremos como os livros didáticos explicam a introdução dos escravos africanos no Brasil colonial. Posteriormente analisaremos como os manuais didáticos caracterizaram a escravidão no Brasil, sempre atentos em avaliar em que medida os textos didáticos mais recentes dialogam com a pesquisa histórica sobre escravidão produzida nos programas de pós-graduação em história e pelos historiadores acadêmicos que trabalham com a temática.

Palavras-chave: História do Brasil – livros didáticos - escravidão

Abstract

Through this article, we intend to analyze how some school-books used in Brazilian history classes of high school have represented the slavery theme. In order to this, we will proceed the study of the books in two contexts. The first one refers to the didactic works produced before the decade of 1970, to relate them to the called traditional history. The second context concerned to the books edited from the decade of 1970. In works from this period we realize two important aspects: the emphasis on historical materialism and on structural analyses and, mainly, from 1980, the influence of historical research about the Brazilian slavery derived from Universities. Among our objectives are to characterize the kind of approach made by the book, whether more analytical or narrative, as well as to identify the theoretical inspiration and concepts favored by the authors. We organized the exposition in two parts: at first, we will focus

* Artigo produzido como um dos resultados do projeto de pesquisa 'O Império do Brasil através dos livros didáticos' financiado pelo projeto FIPE/2006 e PROLICEN/2007/UFSM.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História/UFSM. E-mail: andrefertig@smapontocom.com.br.

² Acadêmico do curso de história da UFSM. E-mail: jeffteles@gmail.com.

how the school-books explain the introduction of African slaves in colonial Brazil. Subsequently, we will analyze how the didactic manuals characterized the slavery in Brazil, always alert to evaluate to what extent the most recent didactic texts dialogue with the historical research about slavery produced in graduation in history and by academical historians who work with the theme.

Keywords: Brazilian History – School-Books - Slavery

A explicação para a introdução do trabalho escravo no Brasil

A maioria dos livros didáticos analisados, quando começa a focar a temática da escravidão, preocupa-se em tratar da seguinte questão: como Portugal deveria colonizar e que mão-de-obra utilizar para explorar os recursos da nova colônia? A solução para esta pergunta, inicialmente, segundo muitos textos didáticos, foi dada pela escravização dos aborígenes brasileiros, os índios. Entretanto, esta mão-de-obra compulsória foi substituída (pelo menos, a maior parte dela) pelo trabalho escravo africano. Por que se deu tal substituição? A historiografia tradicional³ por muito tempo insistiu que os indígenas eram ineptos ao trabalho porque não aceitaram a escravidão. A fim de compreendermos melhor como esta questão era abordada pela chamada historiografia tradicional, veremos dois exemplos de livros didáticos das décadas de 1930 e 1940 em relação à referida questão. Pedro Calmon⁴, em *Pequena História da Civilização Brasileira para a Escola Primária* (1939), apresenta os motivos para a suspensão do fornecimento de índios como escravos. Segundo ele, o tráfico de africanos aparece como solução para o problema de mão-de-obra: “os negros eram melhores colonos do que os índios: mais resistentes, mais pacientes, mais ativos, não fugiam facilmente, nem tinham quem os protegesse na terra” e acrescenta ainda que “todos os proprietários acharam que valia mais ter africanos, que custavam muito dinheiro, do que índios, mais baratos, porém *incapazes* para aqueles trabalhos”.⁵ (grifo nosso). Consoante a esta mesma visão, Joaquim Silva, em *História do Brasil para o quarto ano ginásial* (1941), apresenta as razões para a desistência do colonizador na escravização do índio:

³ Compreendemos a história tradicional da mesma maneira que, por exemplo, Peter Burke, que a define com as seguintes características principais: essencialmente política, produtora de uma narrativa de acontecimentos, concentrada nos feitos dos grandes homens, baseada em documentos oficiais e pretensamente objetiva. Para mais informações ver: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

⁴ Pedro Calmon Moniz de Bittencourt foi professor, político, ensaísta, historiador, biógrafo e orador. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras, livre docente de Direito Público Constitucional da Faculdade Nacional da Universidade do Brasil, e Reitor da mesma Universidade por 18 anos. Em 1935 regeu a cátedra de História da Civilização Brasileira da Universidade do Distrito Federal, conquistando em 1955 a cátedra de História do Brasil do Colégio Pedro II.

⁵ CALMON, Pedro. **Pequena História da Civilização Brasileira**: para escola primária. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 37.

o índio teve logo a defendê-lo contra sua escravização a generosa proteção dos jesuítas; além disso, era o elemento de pouca eficiência, não resistindo ao pesado trabalho das plantações ou dos engenhos, adoecendo e morrendo em grande quantidade, quando não procurava na fuga para o interior a liberdade perdida.⁶

Destacamos a expressão “elemento de pouca eficiência” para assinalar a mesma lógica historiográfica que considerava o índio brasileiro incapaz para o trabalho o que, portanto, explicaria seu preterimento em relação aos escravos africanos.

Entretanto, tal visão preconceituosa foi superada por um esquema de explicação de base estrutural-econômica. Segundo Fernando Novais, a substituição do trabalho escravo indígena pelo africano foi motivada pelos lucros do tráfico negreiro, o qual deve ser entendido como um elemento importante da política mercantilista dentro do conjunto maior do chamado Antigo Sistema Colonial. Em outras palavras, a escravidão africana, o tráfico de escravos, juntamente com o regime do exclusivo metropolitano foram os componentes estruturais que estiveram presentes e permitiram o desenvolvimento da colonização nos quadros do Antigo Regime. Enquanto a escravização de índios gerava apenas lucros internos à colônia, a escravização de africanos produzia a acumulação de capital na metrópole.⁷ Na prática, este esquema se configurava no chamado comércio triangular que unia a América portuguesa, Portugal e a África, através de trocas comerciais. Por exemplo: da colônia americana partiam navios carregados de aguardente e tabaco para a África, e voltavam trazendo escravos, seguindo para Portugal carregados de açúcar e retornando para a colônia trazendo produtos manufaturados. Desta forma, o trabalho escravo africano tornou-se preferível ao indígena, por conjugar interesses econômicos metropolitanos e coloniais, já que proporcionava lucros aos produtores coloniais, aos comerciantes, aos traficantes e à Coroa, que recolhia imposto de todas as operações.

À historiografia que segue o eixo de explicação inspirada em Fernando Novais filiam-se as autoras Joana Neves e Elza Nadai (*História do Brasil da Colônia à República*, 1980), que afirmam que a preferência pelo escravo africano somente pode ser compreendida como “um componente da engrenagem do sistema mercantilista de colonização”.⁸ Por sua vez, estas autoras criticam a historiografia tradicional, que

⁶ SILVA, Joaquim Silva. **História do Brasil:** para o quarto ano ginasial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.155.

⁷ NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 98-102.

⁸ NADAI, Elza, NEVES, Joana. **História do Brasil.** Da colônia à república. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 36.

atribuiu a desistência da escravização indígena ao fato de sua “inaptidão” para o trabalho e, ainda, pela proteção dos jesuítas. Também José Jobson Arruda e Nelson Piletti (*Toda a História: História Geral e do Brasil*, 1996) relacionam a introdução de escravos africanos ao sistema mercantilista, afirmando que a expansão da atividade açucareira no Brasil favoreceu o comércio triangular, em que o tráfico de escravos da África correspondia a um dos vértices do triângulo comercial.⁹ Myrian Mota e Patrícia Braick (*História das cavernas ao Terceiro Milênio*, 2002), da mesma forma, explicam a adoção do escravismo africano a partir das engrenagens do mercantilismo, pois salientam as vantagens da substituição da mão-de-obra escrava indígena pela africana para a Coroa e os traficantes portugueses: “A administração portuguesa submetia o comércio negreiro a uma dupla taxa: no momento em que os escravos eram embarcados na África e quando desembarcavam na América”.¹⁰ Elas também mencionam os produtos de baixo valor pelos quais os escravos eram trocados na África pelos traficantes, tais como fumo, caixas e barris de açúcar, aguardente, búzios, entre outros, dando idéia da lucratividade que este tipo de negócio gerava, pois os escravos eram conseguidos por valores pífios, enquanto que ao serem vendidos na América eram avaliados como “produtos” de alto valor.

Já outro autor de livro didático, Divalte Garcia Figueira (*História*, 2003), aponta como causas da substituição do trabalho compulsório indígena pelo do africano a “resistência indígena ao regime sistemático imposto pelos colonos portugueses” e a própria defesa que a Igreja fazia dos índios “ao passo que os negros não tiveram a mesma sorte”. Em um *box* chamado *comércio triangular*, Divalte apresenta um excerto do livro *A civilização do açúcar. Séculos XVI e XVII*, de Vera Lúcia do Amaral Ferlini, através do qual expõe a articulação do comércio envolvendo América, África e Europa, em que se inseria o tráfico de escravos.¹¹ Também Gilberto Cotrim (*História Global*, 2003) se aproxima da abordagem de Divalte e da maioria dos autores aqui analisados, visto que é mais um autor de manual didático a aderir a explicação estrutural-econômica ao mencionar a união de interesses na África, América e Europa, em torno do tráfico negreiro. Tendo como ponto de partida a lógica mercantilista como fator explicativo importante, Cotrim afirma que o tráfico chegou a ser o negócio mais lucrativo para a

⁹ ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. **Toda a História** – História Geral e do Brasil. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 160.

¹⁰ MOTA, M. B., BRAICK, P. R. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002, p. 235.

¹¹ FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História** – Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003, p. 162.

metrópole portuguesa do que o próprio negócio do açúcar.¹² Entretanto, ele menciona outros fatores que concorreram para tal substituição, como a barreira cultural indígena, as doenças epidêmicas, a familiaridade dos africanos com a metalurgia e a pecuária, bem como a oposição de setores da Igreja à escravização do índio e a resistência indígena.¹³

Por sua vez, Mário Schmidt (*Nova História crítica*, 2005) faz questão de salientar o aspecto da “falácia do mito da inaptidão indígena ao trabalho”, afirmando que “os índios não eram preguiçosos”.¹⁴ Interessado em compreender os indígenas enquanto sujeitos históricos, Schmidt menciona a resistência dos mesmos à escravidão como um dos fatores de sua substituição pelos africanos. A seguir ele enfatiza os “motivos reais” da substituição do escravo índio pelo africano, quais sejam:

o primeiro motivo foi o fato de que muitos índios morreram. Morreram porque foram expulsos de suas terras e massacrados pelos homens brancos, por causa das doenças que os europeus trouxeram da Europa (varíola, sarampo, gripe) e porque foram escravizados, obrigados a trabalhar até não agüentar mais. [...] Depois que a maioria dos índios morreu ou fugiu para o interior, os colonos portugueses deram preferência aos escravos africanos.¹⁵

Ou seja, para Schmidt, o emprego do trabalho escravo africano ocorreu em virtude da necessidade dos portugueses de mão-de-obra e não em função dos interesses do tráfico. Assim, este autor distancia-se da explicação que salienta a natureza mercantil capitalista da escravidão no Brasil e aproxima-se da interpretação de historiadores como Ciro Flamarion Cardoso e Manolo Florentino¹⁶, que dizem que foi justamente a necessidade de se obter escravos que estimulou o tráfico. Baseados em farta documentação, Cardoso e Florentino afirmam que grande parte dos lucros deste comércio ficava na própria colônia. No âmbito dos livros didáticos, compartilham desta visão Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo (*História do Brasil*, 1997), que sublinham o predomínio de pessoas residentes na colônia atuando no tráfico:

Devido à crescente força e atuação dos particulares e companhias, prevaleceu a relação direta entre o Brasil e os portos africanos, com predomínio cada vez maior dos comerciantes estabelecidos em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, que escapavam, assim, da passagem por Lisboa como ocorria no comércio triangular mercantilista.¹⁷

¹² COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 218.

¹³ *Ibidem*, p. 213.

¹⁴ SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2005, p. 194.

¹⁵ *Ibidem*, p. 196.

¹⁶ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

¹⁷ VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 108.

Schmidt também faz menção a este fato, ou seja, a intensa participação de habitantes da colônia no tráfico de escravos africanos:

Mais da metade de todo o tráfico de escravos da África para o Brasil era realizado por traficantes do Brasil. Isso mesmo, uma parte enorme dos lucros com o tráfico negreiro acabava ficando com os habitantes da própria colônia! Os mais ricos traficantes de escravos moravam em Salvador e no Rio de Janeiro.¹⁸

Schmidt acrescenta ainda o papel da Igreja em defesa dos índios. E finalmente, no tópico *Lucros do Tráfico?*, refere-se às motivações econômicas como explicação para a substituição da escravidão indígena pela africana, tendo a demanda por mão-de-obra como ponto de partida.

O que podemos perceber a respeito da explicação para a introdução dos escravos africanos no Brasil é que quase todos os livros didáticos das décadas de 1980 e 1990 se fundamentam teoricamente na interpretação do historiador Fernando Novais. Portanto, para estes autores de manuais didáticos, é preciso compreender o Antigo Sistema Colonial e o mercantilismo como processos históricos fundamentais para explicar a substituição do trabalho compulsório indígena pelo africano. Por outro lado, há aqueles, como Schmidt, que consideram que os lucros do tráfico não explicam este processo. É seu efeito e não causa. Entretanto, autores como Cotrim, Schmidt e Divalte convergem ao apontar outros fatores como, por exemplo, a importância da resistência indígena à escravidão ou o extermínio de índios através de doenças e epidemias como causas que contribuíram à troca do trabalho escravo aborígine pelo africano. Estas últimas explicações, no entanto, mesmo quando aparecem com destaque, não anulam, para Cotrim e Divalte, a tese que reconhece no tráfico negreiro um importante componente do sistema mercantilista.

No próximo tópico procuraremos ver como a escravidão foi sendo retratada nos livros didáticos em alguns de seus aspectos relevantes: as formas de controle, a resistência escrava, a distinção entre os escravos, a complexidade da escravidão, entre outras questões.

O caráter da escravidão no Brasil

¹⁸ SCHMIDT, op. cit, p. 197.

Com o objetivo de perceber as representações da historiografia tradicional acerca do caráter da escravidão faremos uma incursão por alguns livros didáticos dos anos 1930 à 1960. Por exemplo, Pedro Calmon, em livro editado no ano de 1939, no mesmo trecho em que fala sobre a desvantagem do trabalho indígena, apresenta as vantagens do trabalho africano: “os negros eram melhores colonos do que os índios: mais resistentes, *mais pacientes*, mais ativos, *não fugiam facilmente*,(...)”.¹⁹ (grifo nosso) Em outras palavras, segundo Calmon, o escravo africano era mais forte fisicamente que o índio, porém tinha um temperamento mais dócil, submisso e, portanto, “paciente” ao cativo. Joaquim Silva, em manual editado em 1941, após relatar o “terrível suplício” da viagem dos escravos nos navios tumbeiros que faziam o tráfico trazendo-os da África para o Brasil diz:

a chegada ao Brasil era desejada pelos infelizes africanos como um termo aos horrorosos padecimentos da viagem. A escravidão os aguardava; mas os novos senhores seriam menos desumanos que os da África ou os tumbeiros”.²⁰

Neste ponto, Joaquim Silva não nega a desumanidade da escravidão, pois narra as punições aplicadas aos “escravos faltosos”, mas entende que os senhores brasileiros eram menos cruéis que os senhores da África. Entretanto, é neste outro trecho que evidenciamos a compreensão da escravidão brasileira como tendo um caráter brando:

as leis portuguesas, *a índole benévola da maioria dos senhores, inspirados pela religião, procuravam suavizar as durezas do cativo*; nas fazendas os pretos se agrupavam em famílias, ainda que a lei não lhes reconhecesse tal direito; usavam quase sempre o nome do senhor e, como nota João Ribeiro, ‘eram por eles estimados, sobretudo quando criados deles. Era freqüente o costume de alforriar, em testamento, de todo ou sob condição, os bons escravos e recusar o dinheiro de alforria que o negro pouco a pouco juntava para redimir o cativo.’²¹ (grifo nosso)

Silva, porém, contrabalança esta imagem idílica da escravidão com a seguinte afirmação: “tudo isso, entretanto, não impedia que os escravos procurassem, às vezes, reagir contra as torturas a que os sujeitavam”. Assim, se por um lado existe o tratamento generoso aos escravos pelos senhores de “índole benévola”, por outro, existem as torturas. A partir destas afirmações podemos fazer pelo menos três ilações a partir da obra de Joaquim Silva: 1. a maioria dos senhores dispensava um tratamento generoso

¹⁹ CALMON, op. cit, p. 37.

²⁰ SILVA, op. cit, p. 157.

²¹ Ibidem, p. 159.

aos escravos; 2. no entanto, havia torturas; 3. em represália às torturas, os escravos “reagiam”. Contudo, isto ocorria somente “às vezes”, ou seja, geralmente os escravos seriam dóceis.

Vejam os mais um livro didático, agora editado na década de 1950, que também expressa a visão amena da escravidão. R. Haddock Lobo em *História do Brasil*, falando sobre as condições de vida dos escravos, chega a esboçar uma crítica à historiografia da escravidão branca:

há quem procure apresentar sob aspecto razoável a escravidão no Brasil, afirmando que, na maioria dos casos, os cativos eram bem tratados. Ainda que assim fosse, o simples fato de homens serem privados de sua liberdade e vendidos e comprados, como uma mercadoria qualquer, hoje nos causa horror.²²

Todavia, logo em seguida, Haddock Lobo reitera a própria visão que quis contrapor. Vejamos o trecho em que o autor refere-se a uma prática que, segundo ele, pode indicar bom tratamento dado aos filhos de escravos:

Uma prática significativa dos tempos da escravidão consistia em obrigar os filhos dos escravos a participarem dos brinquedos das crianças brancas a cujas famílias eles pertenciam. Semelhantes companheiros de divertimentos, naturalmente, deviam prestar-se a todas as vontades dos seus futuros senhores, e eram conhecidos pela designação de moleques. É possível que se haja exagerado muito a aplicação das torturas. É possível, e até provável, que os moleques fossem geralmente bem tratados.²³

Se a afirmação “é possível que se haja exagerado muito a aplicação das torturas” estivesse isolada, poderia muito bem ser compreendida como uma denúncia de que os castigos aplicados aos escravos foram excessivos. Porém, no contexto em que está inserida a afirmação, parece indicar muito mais que, o tratamento dado aos escravos não era tão cruel como às vezes possa parecer.

Francisco da Rocha Pombo²⁴, que publicou sua primeira *História do Brasil para o ensino secundário* em 1917, na edição que estamos analisando, do ano de 1963,

²² HADDOCK LOBO, R. *História do Brasil* – 1ª série curso ginasial. São Paulo: Melhoramentos, 1952, p. 175.

²³ *Ibidem*, p. 177.

²⁴ O paranaense Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) foi jornalista, poeta, professor, historiador, político e escritor. Membro do Instituto Histórico e Geográfico, abolicionista e republicano, ele teve intensa produção historiográfica nas duas primeiras décadas do século XX. Sua obra *História do Brasil para o ensino secundário* destinava-se aos estudantes dos ciclos colegiais e aos professores das séries primária e ginasial. Sobre Rocha Pombo ver: CAMPOS, Névio. Formação intelectual de Rocha Pombo e seus interlocutores teóricos (1879-1892) e SANTOS, Ivan N. dos. Tensões, continuidades e rupturas:

caracteriza a história dos escravos no Brasil em três fases: a primeira, em que “resignam-se espantosamente com a sina”, a segunda, em que “depois vai-se erguendo, hirto e sinistro a rebater o crime pelo crime”, trata-se da “ fase dos quilombos”, e por fim:

Abre-se depois, já nos nossos dias, a última fase. O negro concilia-se com o destino para vencê-lo. É então que ele vai ver como afinal o branco estava, de alma aberta, a seu lado. A causa do negro tornou-se a causa de toda a nação.²⁵

Se o objetivo de Rocha Pombo não é tornar idílica a relação entre senhores e escravos, pelo menos ele consegue minimizar significativamente as tensões entre estes grupos através da imagem do “branco de alma aberta ao lado do negro”.

Inferimos algumas pistas quanto ao sentido que a própria história e o seu ensino tinham para os educadores, historiadores e autores de livros didáticos de história mais antigos, isto é, aqueles que produziam e editavam manuais até a década de 1960 e que, conforme nossa abordagem, estamos caracterizando como tradicionais. Um bom indicio é o próprio título de um dos livros didáticos citados: *Pequena História da Civilização Brasileira*, de Pedro Calmon. Calmon deixa claro que a opção pelo termo “civilização” no título de seu livro não é aleatória, mas proposital: “tratamos de figurar o desenvolvimento da nação no seu trabalho, no seu espírito, na sua independência. Por isso não dizemos ‘história do Brasil’, senão ‘história da civilização brasileira’. Ou seja, ao escrever um livro de história, há claramente para o autor o comprometimento com a afirmação de uma pátria, uma nação ou uma civilização brasileira. Tal comprometimento se explica à luz do sentido atribuído à história pelos historiadores tradicionais, qual seja o de “mestra da vida”, e como tal a história teria por objetivo proporcionar “as verdadeiras inspirações de patriotismo e dignidade cívica, que se aprendem na contemplação dos fatos e dos homens dos tempos idos”.²⁶ Desta forma, o ensino de história é tomado como uma forma de inculcar nas crianças e jovens o amor à pátria, os valores que devem ser prezados, mas também mostrar os aspectos negativos que se infiltraram na formação do povo brasileiro, e que devem ser desprezados.

Temístocles Cezar, que aborda a *historia magistra vitae* produzida no Brasil a

passagens e fronteiras entre a produção historiográfica e escrita didática em História no trabalho de Rocha Pombo. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História** (Anpuh), São Leopoldo, 2007. CD-ROM.

²⁵ POMBO, Rocha. (Revista e atualizada por Hélio Vianna). **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963, p. 130.

²⁶ CALMON, op. cit, p. I, II.

partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, afirma que ela, ao estudar o passado, pretendia eternizar e salvar os fatos: “(...)eterniza-se aquilo que é memorável de se tornar memorável, e cuja definição depende de uma série de disposições teóricas e políticas”. Salvar os eventos e aspectos memoráveis de nosso passado, ou seja, servir à nação, era tarefa dos historiadores brasileiros desde a criação do IHGB e que, ainda no século XX, Pedro Calmon fazia questão de assumir.²⁷

Joaquim Silva em sua *História do Brasil* – para o quarto ano ginasial – já em sua 17ª edição, no ano de 1956, embora afirme a inexistência do racismo no Brasil, pois “(...) não há em nossa terra preconceitos ou questões raciais;”²⁸ mais adiante acentua a influência do elemento negro na constituição do tipo brasileiro, na formação moral e nos costumes, dizendo o seguinte:

As credices, as superstições do negro, com sua afetividade, refletiram-se na formação de nossa gente que herdou dela ‘uma certa negligência crioula, uma resignação heróica para suportar a miséria, uma concepção um pouco fatalista e quicá leviana da vida, sem grandes preocupações do futuro, o hábito do trabalho sem amor, mas também sem revolta, e, enfim, a melancolia impressa mais na música e na poesia do que no estado de alma habitual do povo’.²⁹

Assim, se este tipo de história tem por função instruir como “mestra da vida” os valores dignos, também instrui sobre os valores indignos e não se furta a dizer, na sua opinião, que grupo social é responsável por sua introdução na sociedade brasileira.

No âmbito dos estudos sobre o caráter da escravidão brasileira, foi especialmente a partir de Gilberto Freyre e sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933) que relacionou-se paternalismo e patriarcalismo com uma escravidão branda, amena e humana. E, conforme observou Silvia Lara, este enfoque histórico era concernente ao estudo das relações raciais explicadas à luz da ‘democracia racial’: “Uma escravidão amena e

²⁷ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004. Sobre este tema ver também: GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988 e, do mesmo autor, o artigo “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

²⁸ SILVA, Joaquim. *História do Brasil*: 4ª série ginasial. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 26.

²⁹ *Ibidem*, p. 33.

suave no passado, onde o cativo tivesse certos direitos assegurados ou a miscigenação quebrasse a rigidez social, correspondia e engendrava a harmonia racial do presente”.³⁰

Entretanto, a partir dos anos 1950/1960, sociólogos e historiadores como Florestan Fernandes e Emilia Viotti da Costa promoveram a revisão da tese da suavidade da escravidão de Freyre. Este “novo enfoque” historiográfico apontou que, de fato, a instituição escravista se manteve pelo recurso da força e da violência. Desta forma, se deu a reversão da ênfase no caráter paternal como esquema explicativo da escravidão para o caráter da violência da instituição. Conforme Emília Viotti da Costa, citada por Lara: “O sistema escravista assentava-se na exploração e na violência e recorria à violência para se manter”.³¹ Esta visão histórica é marcada pelo referencial teórico marxista estreitamente associado ao conceito de luta de classes, que divide a sociedade escravista em dois pólos: senhores e escravos. A partir desta relação, cabiam duas reações aos cativos: a resignação diante do cativo ou a revolta (as fugas e os assassinatos de senhores e feitores). Conforme afirmou Jacob Gorender: “o primeiro ato humano do escravo é o crime”,³² pois somente depois de cometer um crime o escravo era considerado como passível de julgamento pelas leis, antes não passava juridicamente de mercadoria ou coisa. Assim, de certa maneira, esta perspectiva histórica considera que o escravo ganha a condição de agente histórico somente ao romper com a resignação e com o próprio sistema escravista.

Após estas considerações teóricas, retomamos nossa análise dos livros didáticos editados agora a partir do final da década de 1970 para perceber esta nova conjuntura historiográfica. *História do Brasil*, de Francisco Teixeira e José Dantas (1979), apresenta um texto de Perdígão Malheiro³³, em que este afirma a condição de coisa, “de instrumento de trabalho” do escravo, que, segundo ele, ao perder “a consciência da

³⁰ LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 99.

³¹ *Ibidem*, p. 100.

³² GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1979, p. 65.

³³ O jurista Agostinho Marques Perdígão Malheiro nasceu na cidade de Campanha, na província de Minas Gerais, em 1824, falecendo no Rio de Janeiro em 1881. Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Presidente Honorário da Ordem dos Advogados Brasileiros, Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional, curador de africanos livres, entre outras funções. Perdígão Malheiro escreveu, entre 1864 e 1867, os três volumes do seu mais importante livro - *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Publicado pela Imprensa Nacional, sob a proteção do Imperador D. Pedro II. O último volume saiu do prelo em 1867, um ano antes da queda do ministério liberal de Zacarias de Góis. O livro de Perdígão Malheiro se destaca por influenciar enormemente os debates acerca das reformas na instituição escravocrata que estavam ocorrendo no último quartel do século XIX. Todos os pontos relativos à escravidão são analisados pelo jurista mineiro, sendo suas análises debatidas a fundo por intelectuais e políticos do seu tempo. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br>>. Acesso em: 25 de julho de 2007.

dignidade humana”, acabava por acreditar que não era realmente uma criatura igual aos demais homens livres, que era “pouco mais do que um irracional”.³⁴ É acentuado aqui o caráter aniquilador da dignidade humana que a escravidão de fato tinha. Todavia, analisemos esta questão por um momento: se o escravo realmente perdia a consciência da dignidade humana e passava a se perceber como pouco mais do que um irracional, como tal, ficaria a mercê da sorte ou da vontade dos seus senhores, impassível, submisso. Ou seja, a ênfase na mercadorização e coisificação do escravo, a ponto de dizer que este se percebia como coisa, acaba por destituí-lo também da própria condição de agente histórico, tornando-o então, como queria a historiografia tradicional, dócil e submisso.

Assim, uma coisa é o fato de que, inserido no sistema escravista, o escravo não passava de mercadoria. Outra bem diferente é supor que ele se percebia como tal ou “como pouco mais do que um irracional”. Sendo o escravo reduzido como era à condição de mercadoria e coisa pela escravidão, não pode ser visto, entretanto, da mesma maneira, pelos historiadores, pois, desta maneira, estes correm o risco de perder de vista a condição do escravo enquanto agente histórico. Aqui, nos aproximamos da perspectiva de Sidney Chalhoub que, ao criticar as abordagens de Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender, possui como alvo a teoria do escravo-coisa, pois, segundo ele:

A violência da escravidão não transformava os negros em seres “incapazes de ação autônoma”, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis.³⁵

Todavia, nos manuais didáticos, a influência da teoria do escravo-coisa foi significativa. Ainda no mesmo texto clássico de Perdigão Malheiro, este afirma que os escravos eram excitados pelo ódio e pela vingança: “Daí essa “luta eterna entre o escravo e o senhor (...)”³⁶. É importante ressaltar que os autores, Teixeira e Dantas, apresentam este excerto como *Texto para Debate*, porém não acrescentam nenhuma análise ou questões que sirvam de fio condutor no estudo do referido texto, deixando transparecer sua concordância (tácita) com a visão expressa por Malheiro. Mas se não é possível afirmar categoricamente que os autores concordam com a visão de que a “eterna luta entre escravos e senhores” tinha origem nos sentimentos de vingança e

³⁴ TEIXEIRA, Francisco Maria Pires; DANTAS, José. **História do Brasil**. 2º grau. 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1979, p. 81.

³⁵ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 42.

³⁶ TEIXEIRA; DANTAS, op. cit, p. 81.

ódio, é possível pelo menos inferir que os autores não estabelecem linhas de análise. Sobre o texto em questão, podemos destacar pelo menos duas ponderações: primeiro, está clara a distinção senhor *versus* escravo como o eixo explicativo principal das relações dessa sociedade; segundo, o que na prática se traduziu na ação de *resistência e luta*, é tido pelo autor como expressão de *vingatividade e ódio* incontido dos escravos, e não resistência e luta contra um sistema de dominação ao qual se opunham.

Alguns autores dos manuais didáticos apresentam uma abordagem que procura destacar o quanto a escravidão era violenta e marcada pelo sofrimento do cativo. É neste sentido que Joana Neves e Elza Nadai (1980) enfatizam as condições em que viviam os escravos:

Os escravos viviam nas senzalas, habitações de um único compartimento, na maior promiscuidade [...] Todos trabalhavam de sol a sol, praticamente sem nenhum descanso [...] Em muitos engenhos, no domingo, o negro deveria cultivar uma pequena roça para seu sustento.³⁷

Também procuram detalhar as formas violentas pelas quais se exercia o controle dos cativos:

Os rebeldes eram colocados nos troncos, para serem açoitados com o bacalhau – chicote de couro cru – tendo depois seus ferimentos salgados, ou então, no viramundo, pequeno instrumento de ferro que lhes prendia os pés e as mãos. Havia, também, o suplicio da gargalheira – colar de ferro, com vários braços na forma de ganchos que facilitavam agarrar o fugitivo, com mais facilidade, em caso de resistência.³⁸

Neves e Nadai ainda acrescentam que “os casos considerados mais graves eram punidos com amputação dos seios, quebra de dentes a martelo, a castração ou o emparedamento vivo”.³⁹ Sobre a questão da resistência dos escravos, Neves e Nadai (1980), um ano depois da edição de Teixeira e Dantas, a nosso ver, desenvolvem um pouco melhor a análise, pois consideram a resistência escrava movida por sua “realidade tão opressiva”.⁴⁰ Ou seja, tratava-se de uma reação à própria condição da escravidão, e não uma ação determinada pelos sentimentos de “ódio e vingança” contra os senhores. Não é o caso aqui de se querer negar que existissem elementos emocionais envolvidos na luta dos cativos contra a escravidão. É o caso sim, de dimensionar uma

³⁷ NADAI; NEVES, op. cit., p. 49

³⁸ Ibidem, p.49.

³⁹ Ibidem, p. 49.

⁴⁰ NADAI; NEVES, op. cit, p. 50.

mudança de perspectiva em relação aos motivos da luta. Se o escravo lutava porque ele odiava, então sua busca principal não era a liberdade, mas sim a vingança. Sendo assim, Neves e Nadai alinham-se com a tendência historiográfica que considera resistência escrava o ato de rompimento com o sistema escravista.

Também compartilham da preocupação de dimensionar a crueldade do cativo os autores Ricardo, Ademar e Flávio (*História*, 1989), que combatem os mitos do bom tratamento dado aos escravos pelos senhores e da docilidade do escravo africano frente à escravização:

Vários cronistas que aqui estiveram relatam o ‘bom’ tratamento a que estavam submetidos os escravos: açoites, corte das orelhas e narizes, marcas a ferro em brasa, correntes e execuções. Quanto à docilidade na aceitação do cativo, o escravo nos responde com a rebeldia, com o assassinato de feitores, com a fuga (e a conseqüente formação de quilombos).⁴¹

Estes autores acentuam o caráter falacioso da afirmação de que “o negro se acostumava com o cativo, porque sua ausência de espírito de liberdade era compatível com a escravidão”.⁴² Trazem excertos de textos de Jaime Pinsky e Luiz Roberto Lopez, em que a fuga escrava para o primeiro era um ato de rebelião “contra a sua condição de escravo” e, para o segundo, “o negro reagiu sempre que pode e como pode: fugindo, assassinando, rebelando-se. Mostrou, enfim, por todos os meios ao seu alcance, o quanto àquela situação não lhe servia”.⁴³

Fazendo um balanço, podemos inferir que há nestes três livros a preocupação em dimensionar o caráter opressivo, violento e desumano da escravidão e das formas de controle dos escravos, confirmando a idéia de que a escravidão foi mantida - essencialmente - pela força, pela violência. Também estas obras procuram detalhar ou descrever as formas de castigos aplicados aos escravos para demonstrar o quanto a escravidão era cruel. Temos que entender que tais autores estão dialogando com a historiografia tradicional - com a qual rompem - que difundia, como vimos anteriormente, a visão idílica da escravidão branda e do tratamento doce aplicado aos escravos. Nestes três livros que cobrem o período de uma década - de 1979 a 1989 - perceber as seguintes características nas suas abordagens:

1º Está presente a polarização do mundo escravista entre senhores *versus* escravos;

⁴¹ FARIA, Ricardo; MARQUES, Ademar; BERUTTI, Flávio. **História**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1989, p. 107. V. 1.

⁴² FARIA; MARQUES; BERUTTI, op.cit, p. 111, v.1.

⁴³ Ibidem, p. 98, v. 3.

2º Fica bem marcado o entendimento de um eterno conflito entre os escravos e os senhores;

3º Este conflito expressava-se através de rebeliões abertas ao sistema escravista;

4º Para todos estes autores, o escravo reagiu sim, e sempre, ao cativo.

5º Nestas abordagens a resistência é considerada o ato de rompimento com o sistema.

Contudo, a partir dos anos 1980, uma nova geração de historiadores brasileiros, oriundos dos programas de pós-graduação em história das Universidades, influenciados pelas leituras de um marxismo renovado de Edward Thompson e Eugene Genovese, bem como pela abordagem teórica pertinente à História Cultural, se dedicam à pesquisa empírica e aceleram a produção do conhecimento histórico acerca da escravidão, enriquecendo a sua análise. Historiadores como Kátia Mattoso, Robert Slenes, João José Reis, Eduardo Silva, Silvia Lara, Sidney Chalhoub, entre muitos outros, se inserem em intenso debate sobre o caráter da escravidão no Brasil. Para além do binômio paternalismo x violência, estes historiadores da escravidão procuram recuperar a complexidade das relações entre senhores e escravos “enquanto formas de dominação, e exploração constituídas nas relações entre agentes históricos concretos em seu perpétuo tecer de equilíbrios, alianças e enfrentamentos”.⁴⁴

A historiografia sobre escravidão desde a década de 1980, principalmente em razão dos debates teóricos no contexto do centenário da abolição (1988) mudou significativamente. A sociedade escravista brasileira, antes retratada sob o enfoque polarizado no senhor e no escravo, ganha ares complexos em que surgem novos atores, novas dimensões de luta e vivências. Dessa profícua historiografia emergem escravos com nomes e rostos particulares e concretos, distintos de uma massa informe e homogênea chamada simplesmente: os escravos, pela historiografia anterior. O “novo” escravo não se circunscreve apenas ao mundo rural das fazendas. Encontra-se nas ruas das cidades. E até mesmo constitui família.⁴⁵ Ainda, o direito é tornado uma nova arena de luta pela liberdade do cativo. Entretanto, tudo isso não significa dizer que o escravo deixou de ser escravo, ou que a escravidão foi amenizada em seus aspectos mais perversos por esta historiografia. Significa que a instituição escrava passou a ser

⁴⁴ Ibidem, p. 112.

⁴⁵ Sobre a temática escravidão e família há obras como: FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 e a já citada FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

analisada sob enfoques múltiplos que procuram recuperar os aspectos peculiares, contraditórios e complexos de uma estrutura social ampla e heterogênea. Sobretudo, pautando-se em fontes que permitiram perscrutar o mundo das vivências cotidianas dos escravos, bem como as suas relações pessoais com seus senhores e as pessoas livres.

O tema da resistência escrava é um dos que permite vislumbrar a transformação ocorrida na historiografia recente. Da distinção polarizada entre resignação e revolta passou-se a defesa de uma ampliação do conceito de resistência. Para tanto, esvaziou-se um pouco o conceito de resignação, pois atitudes que antes eram tomadas como passividade, são revistas como formas de ‘adaptação’ – e por que não, de resistência – dentro de um sistema hostil e de dominação. Se a historiografia anterior considerava resistência somente o ato de ruptura com o sistema escravista, esta nova historiografia procura perceber as ações de resistência feitas no interior do sistema. Além disso, os trabalhos recentes da historiografia como, por exemplo, de João José Reis e Eduardo Silva, acabaram por incluir um novo conceito: o de negociação, sem, contudo, negar o conflito. Essa ‘virada’ conceitual se dá, especialmente, a partir da década de 1980, como já dissemos, com a influência dos trabalhos do historiador inglês E. P. Thompson na historiografia brasileira. Até então, explicava-se a escravidão sob a perspectiva dicotomizada entre senhores e escravos. Nessa polaridade fazia-se mister compreender a relação entre esses dois grupos sob o ângulo de um eterno conflito. A guinada ocorrida na década de 1980 visou recuperar outras nuances da relação senhor e escravo, conhecer os sentidos que os escravos atribuíam a esta relação, à escravidão, à liberdade, entre outros aspectos, bem como descortinar novas dimensões de luta pela liberdade.

Porém, esta nova historiografia da escravidão não ficou sem críticas. E elas vieram, especialmente, de Jacob Gorender, que denunciou a suposta “bondade” com que os historiadores a partir dos anos 1980 trataram a escravidão brasileira.⁴⁶ Acerca disso Stuart Schwartz diz:

É uma tendência que não é totalmente bem recebida por alguns acadêmicos. Jacob Gorender (1990) vê nessa atenção à vida e à cultura dos escravos, uma tentativa de ‘reabilitar’ o modelo patriarcal da escravidão de Freyre e de se afastar do entendimento do poder da escravidão como sistema coercivo.⁴⁷

⁴⁶ A crítica de Gorender foi por ele apresentada no livro intitulado **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

⁴⁷ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. (Trad. Jussara Simões). Bauru: Edusc, 2001, p. 29.

Os manuais didáticos da década de 1990 são editados em uma nova conjuntura da produção historiográfica sobre a escravidão. Entretanto, José Jobson Arruda e Nelson Piletti (1996), ainda se aproximam bastante da abordagem de Joana Neves e Elza Nadai, ainda da década anterior. Ou seja, eles descrevem as mesmas condições degradantes e dão ênfase à promiscuidade dos escravos nas senzalas:

Nas fazendas, os escravos viviam em promiscuidade, em habitações coletivas, as senzalas, quase sem janelas, para facilitar a vigilância. Trabalhavam de sol a sol em canaviais, moendas, caldeiras, praticamente sem descanso, pois aos domingos cuidavam de roçados para seu próprio sustento.⁴⁸

Também descrevem, como aquelas autoras, os severos castigos e o tratamento cruel imposto aos escravos:

o tronco em que o negro, preso pelas canelas, era açoitado com o bacalhau, chicote que abria fendas, nas quais se punha sal; o viramundo, instrumento de ferro que prendia mãos e pés; a garagalheira, colar de ferro com vários braços em forma de gancho.⁴⁹

Arruda e Piletti referem que as faltas mais graves eram punidas com: “castração, amputação de seio, quebra de dentes a martelada e emparedamento vivo”.⁵⁰ Vicentino e Dorigo (1999) apresentam uma abordagem semelhante, pois apresentam uma sociedade escravista marcada pela distinção dicotômica entre senhores e escravos:

Os escravos, considerados simples mercadorias, formavam a base econômica dessa sociedade bipolarizada e sem mobilidade, sendo responsável por todo o trabalho executado na colônia, representando, nas palavras do jesuíta André João Antonil, ‘as mão e os pés do senhor’.⁵¹

Quanto às condições dos escravos em relação ao trabalho, Vicentino e Dorigo não diferem dos outros autores, pois enfatizam os castigos físicos:

Dentre os castigos mais comuns a que estavam sujeitos os escravos estava o açoite com ‘bacalhau’ (chicote de couro cru) e a prisão no ‘viramundo’ (algemas de ferro que prendiam mão e pés). Também não era muito raro a prática hedionda de cortar orelhas e narizes e marcar com ferro em brasa o corpo e o rosto de escravos sob o pretexto de castigá-los.⁵²

⁴⁸ ARRUDA; PILETTI, op. cit., p. 160.

⁴⁹ Ibidem, p. 161.

⁵⁰ Ibidem, p.161.

⁵¹ VICENTINO; DORIGO, op. cit., p. 106.

⁵² Ibidem, p. 107.

Vicentino e Dorigo utilizam uma gravura de Debret para ilustrar o caráter violento da escravidão, na qual um escravo é açoitado e amarrado a um tronco. A legenda que acompanha a figura é a seguinte: “A subordinação e exploração dos africanos era garantida pela violência, inerente à própria escravidão”.⁵³ Por outro lado, estes autores introduzem algo novo em relação aos livros anteriores: abordam a distinção cultural entre os escravos. Esse dado é importante, pois mostra que o mundo escravo passa a ser entendido como tendo uma complexidade maior do que até então era representado. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, citado por Vicentino e Dorigo:

O mundo dos escravos não era homogêneo. Distingua-se, em primeiro lugar, entre o cativo recém chegado da África, o ‘boçal’, e o ‘ladino’ – africano já aculturado e entendendo o português. Os africanos eram, como um todo, opostos aos ‘crioulos’ nascidos no Brasil. Havia ainda as distinções reconhecidas entre ‘nações’ africanas de origem, diferentemente valorizadas. E, dada a mestiçagem, a pele mais ou menos clara também era fator de diferenciação. Os mulatos e os negros crioulos eram preferidos para tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos negros, sobretudo os africanos, a dura labuta dos campos e outras tarefas pesadas.⁵⁴

Estes autores marcam a existência da resistência escrava, notadamente através de “atos de rebeldia, desde tentativas de assassinato de feitores e senhores até fugas e, mesmo, suicídios”.⁵⁵ Na perspectiva destes autores, os quilombos são colocados como a grande expressão da resistência escrava, ou mesmo uma evidência de que “os negros lutaram intensamente contra a escravidão”.⁵⁶ Em linhas gerais podemos dizer que os livros didáticos publicados na década de 1990 demonstram pouca alteração em relação aos livros examinados da década anterior. Eles ainda não assimilaram as proposições feitas por trabalhos acadêmicos dos anos 1980 e, mesmo sendo editados ao longo da década de 1990, estão distantes do debate teórico acadêmico.

Passando à década seguinte – 2000 –, Gilberto Cotrim (2003) salienta a distinção entre os escravos em função do *aculturamento*: o boçal (recém chegado da África) e o ladino (que já havia aprendido o português e sabia a rotina do trabalho). Além disso, preocupa-se em diferenciar os cativos em relação às suas atividades produtivas – escravos de ganho e os escravos do eito.⁵⁷ Todavia, Cotrim (2003) expressa uma tendência alinhada com os recentes trabalhos sobre escravidão produzidos desde os anos 1980. Este autor cita os historiadores João José Reis e Eduardo Silva para dizer que as

⁵³ Ibidem, p. 108.

⁵⁴ Ibidem, p. 109.

⁵⁵ VICENTINO; DORIGO, op. cit, p. 111.

⁵⁶ ARRUDA; PILTTI, op. cit, 161.

⁵⁷ COTRIM, op. cit, p. 218, 219.

negociações faziam parte do cotidiano entre senhores e escravos, e assevera que dentro das estratégias de resistência houve diversas maneiras de reagir contra a escravidão, entre as quais lista: abortos, suicídios, fugas individuais e coletivas, quilombos, rebeliões violentas, redução ou paralisação de suas atividades, sabotagem da produção. Acrescenta que:

estudando as várias formas de resistência, autores de obras mais recentes mostram que os escravos, na medida de suas possibilidades, reagiram à escravidão de diversas maneiras, ora promovendo uma luta aberta contra o sistema, ora até mesmo se ‘adaptando a certas condições para minimizar seus aspectos mais perversos’.⁵⁸

Também fazem diferenciação sobre as atividades escravas as autoras Myriam Mota e Braick (2002), salientando que os cativos nos centros urbanos, em virtude de muitos serem “escravos de ganho”, poderiam gozar de certa autonomia em relação aos seus donos, bem como também os escravos de aluguel.⁵⁹ Em Mota e Braick, percebemos maior sintonia com a produção historiográfica recente do que os autores analisados da década anterior, pois elas ampliam o conceito de resistência. Para as autoras este conceito abarca tanto a rebelião aberta – as “fugas, rebeliões, violência contra os senhores, ou seus representantes (capatazes, feitores, etc.)”, “formação de quilombos, abortos, suicídios, participação nas irmandades leigas,” –, como a rebelião sutil – o “pouco empenho no trabalho, (...) ‘acordos’ entre cativos e senhores e até mesmo, os intercursos ou procedimentos sexuais, por parte da população feminina de cativos, tudo isso fez parte de uma estratégia de vida menos penosa”.⁶⁰ Ressaltamos a menção que elas fazem aos “acordos” entre escravos e senhores. O que equivale ao conceito de negociação. As autoras também introduzem um excerto de Eduardo França Paiva, no qual este historiador afirma que o “negro cativo vem sendo examinado como agente do processo histórico, o que efetivamente foi”⁶¹, resistindo através de diversas estratégias cotidianas de adaptação ao sistema escravista.

Entretanto, ainda na mesma década, temos a posição adotada por Divalte Garcia Figueira (2003), que destoa dos textos didáticos analisados dos anos 2000 em relação à questão da resistência cativa. A abordagem de Divalte continua sendo pautada por um referencial que distingue de forma dicotômica a resignação e a revolta. Desta forma,

⁵⁸ COTRIM, op.cit, p. 221.

⁵⁹ Sobre a escravidão urbana existem, entre outros, as obras de: ALGRANTI, Leila. **O feitor ausente. Escravidão urbana no Rio de Janeiro**. São Paulo: Vozes, 1988 e SILVA, Marilene Nogueira. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

⁶⁰ MOTA; BRAICK, op. cit., p. 235.

⁶¹ Ibidem., p. 235.

têm-se de um lado, os escravos que aceitavam resignadamente o jugo da escravidão “adaptando-se à cultura dos seus senhores e *aceitando pacificamente a discriminação racial*” (grifo nosso), e de outro, aqueles que se revoltavam e “feriam ou matavam os feitores e provocavam incêndios nos canaviais” e ainda os que se suicidavam.⁶² Desta polarização (resignação e revolta) resulta o entendimento de que o cativo que não se rebelasse abertamente ao sistema estaria sendo submisso e passivo ao cativo, ou seja, não existe nesta perspectiva espaço de autonomia e resistência sociocultural. Em outras palavras, ou o escravo se rebela ou é completamente submetido “à cultura dos seus senhores”. Divalte ainda propõe que “outra forma de reagir que levava a ações coletivas e reafirmava os sentimentos de identidade étnica e cultural desses homens e mulheres era “a fuga e a formação dos quilombos”, os quais, seriam “formas comunitárias semelhantes as da África”.⁶³ Neste aspecto Divalte se distancia novamente da produção historiográfica mais recente da academia brasileira que, através de trabalhos de historiadores como João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, mostra que os quilombos não eram formas de reproduzir o modo original de vida na África, mas comunidades que se organizavam “reinventando culturas, identidades, e estratégias para manter a sua autonomia” e outras vezes articulando-se “com o restante da sociedade envolvente”.⁶⁴

Em relação ao caráter da escravidão, Mário Schmidt (2005) em seu manual didático demonstra clara afinidade com as proposições da historiografia recente. Ressaltando o “controle pela violência”, mas também as “formas sutis de controle”, diz que o medo dos castigos não era a única forma de convencer o escravo a aceitar a sua condição. Também argumenta que existia certo “consenso em torno da escravidão”, dentro das circunstâncias sociais e mentais da época, “conforme ensinou o historiador E. P. Thompson (séc. XX), é necessário conhecermos os sentidos que os próprios escravos atribuíam a seu mundo e suas ações”.⁶⁵

Para Schmidt é possível compreender as negociações entre senhores e escravos como forma de resistência escrava, tanto que a alforria poderia ser resultado de uma negociação entre o cativo e o senhor.⁶⁶ Aos cativos, segundo Schmidt, era-lhes permitida a possibilidade de constituírem família. Este é um ponto inovador da

⁶² FIGUEIRA, op.cit, p. 162.

⁶³ Ibidem, p. 162.

⁶⁴ GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadores). **História e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 451- 452.

⁶⁵ SCHMIDT, op. cit, p. 200.

⁶⁶ Ibidem, p. 201.

historiografia da escravidão que, antes dos anos 1980, não via compatibilidade entre relações familiares e escravidão. Como observa o historiador Manolo Florentino, a partir de 1950, a historiografia tratou de enfatizar a anomia⁶⁷ e a promiscuidade⁶⁸ dos escravos nas senzalas. Mais tarde, já nos anos 1970, segundo este mesmo historiador, a impossibilidade de ver as famílias escravas é reforçada pela interpretação economicista que considerava inviável a formação de tais famílias.⁶⁹ Entretanto, estudos históricos recentes demonstraram “que em certas áreas e em certas condições, prevaleciam estruturas familiares mais estáveis e regimes demográficos mais saudáveis entre os escravos brasileiros”.⁷⁰

Schmidt também menciona aspectos que evidenciam a complexidade da escravidão. Além do trabalho nas lavouras, muitos escravos recebiam um pedaço de terra no qual podiam plantar, criar, vender. Schwartz observou que o escravismo era visto por Jacob Gorender e outros “como exploração irrestrita, que concedia aos escravos poucos espaços de manobra ou negociação”.⁷¹ Entretanto, tal perspectiva historiográfica vai de encontro à de Ciro Flamarion Cardoso e outros historiadores que descobriram provas empíricas de escravos que cultivavam pequenas lavouras para o próprio sustento. Schmidt, portanto, segue a tendência historiográfica que via na brecha camponesa um espaço de autonomia para os escravos. Diferentemente desta tendência, Myriam Mota e Patrícia Braick enfocam a brecha camponesa inspiradas teoricamente em João José Reis e Eduardo Silva, para os quais tal brecha cumpria a função ideológica de “uma válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão de propriedade ‘distrai’ da escravidão e prende, mais do que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda”.⁷² Ou seja, a brecha camponesa, ao invés de se constituir em uma ‘conquista’ dos escravos, foi mais um mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista, além de minimizar os custos de manutenção e de reprodução da força de trabalho para o dono do escravo. Schmidt também apresenta como evidência da complexidade da escravidão, o fato dos escravos estarem presentes significativamente nas pequenas propriedades e constituírem ainda força de trabalho, nas cidades, como escravos de ganho.

⁶⁷ Ausência de leis, regras ou normas de organização.

⁶⁸ A ênfase na promiscuidade dos escravos está presente como vimos em Nadai e Neves (1980) e em Arruda e Piletti (1996).

⁶⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790 – 1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 27, 28.

⁷⁰ SCHWARTZ, op. cit, p. 35.

⁷¹ Ibidem, p. 31.

⁷² MOTA, M; BRAICK, op. cit, p. 239.

Sobre o aspecto da resistência, Mário Schmidt (2005), além de focar, por um lado, a rebeldia dos escravos através dos quilombos, das fugas, expedições de guerrilha para atacar as fazendas e libertar outros escravos e, por outro, as “maneiras sutis de resistência”, como o corpo mole, o roubo de comida, o fingir-se de doente,⁷³ também introduz uma nova arena de luta dos cativos pela liberdade que a historiografia dos anos oitenta e noventa trouxe à luz: o direito. Schmidt refere que a “historiadora Keila Grinberg mostrou que em inúmeras ocasiões o escravo se queixava contra o senhor e o tribunal decidia em favor do reclamante, reconhecendo inclusive o direito à liberdade”.⁷⁴

Percebe-se, mais uma vez, a influência teórico-metodológica de Edward Thompson sobre os estudos da escravidão no Brasil. No que concerne à teoria, os historiadores brasileiros foram inspirados pela abordagem que Thompson faz das relações de classes vinculadas ao estudo das leis e da criminalidade, em que as leis são instrumentos que mediam e reforçam relações de classe. Sendo assim, Thompson, mesmo sendo marxista, rejeita a interpretação mecanicista do marxismo que vê o direito e as leis em geral como aparato superestrutural a serviço exclusivo da classe dominante. Para ele, o direito pode servir para reforçar a dominação, entretanto este é um dado a ser confirmado pela pesquisa e não um ponto estabelecido com antecedência. O historiador inglês compreende o direito mais como arena de disputas, campo de lutas no qual nem sempre o vencedor é o dominador.⁷⁵ Metodologicamente falando, a contribuição de Thompson se refere ao entendimento que a teoria deve dialogar com o empírico, e os conceitos devem ser usados à medida que se sustentem empiricamente e não serem ajustados à teoria. Esta compreensão permitiu que o crime e o aparelho judiciário fossem elevados à categoria de objeto de análise e locus privilegiado para se recuperar a complexidade das relações entre os agentes históricos concretos envolvidos na tessitura da resistência e da dominação. Portanto, é na vivência cotidiana que se vai buscar o escravo como sujeito histórico concreto, bem como suas ações autonômicas e de resistência. Nesta mesma linha interpretativa e para além dela, Eugene Genovese (que também exerce grande influência sobre os trabalhos desta área no Brasil) vê as leis no contexto da escravidão norte-americana como sendo moldadas não exclusivamente pelos homens brancos, mas também pelos escravos enquanto agentes do processo

⁷³ SCHMIDT, op. cit, p. 194, 195.

⁷⁴ Ibidem, p. 451.

⁷⁵ GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambigüidade**: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994, p. 35.

histórico.⁷⁶ Também podemos dizer que este redimensionamento da questão da resistência escrava é tributário à História Cultural, cuja abordagem teórica permitiu ao historiador observar um espaço social de autonomia que possibilita ao dominado movimentar-se, ser agente histórico, dentro do sistema de dominação. Por esta compreensão histórica, o dominado não deixa de sê-lo, mas já não é *completamente* submetido. Ou seja, por estar submetido a um sistema de dominação e sem romper flagrantemente com ele, não significa que o dominado não possa mobilizar-se através de uma ampla e invisível resistência sociocultural. Nesta perspectiva, a resistência cultural se torna um importante elemento dentro do conjunto das formas de resistência escrava, através das práticas culturais enraizadas.

O que é possível perceber no exame dos livros didáticos destas três décadas – 1980 a 2000 – em relação ao tema do caráter da escravidão, é que o enfoque modificou-se. De uma visão com ênfase na análise econômica e no referencial marxista, que salientava os aspectos de uma permanente luta de classes, marcada pelo conflito escravos versus senhores, para uma análise que, despreocupada em moldar o passado a uma macro teoria explicativa da história, complexificou a abordagem, na qual a fundamentação teórica dialoga com os dados empíricos e, neste sentido, busca se aproximar e conhecer o passado. Por esta perspectiva histórica não se quer negar o papel da violência inerente ao sistema escravista enquanto importante recurso de controle, mas, sim, afirmar que esta não era a única forma de garantir a manutenção da exploração escrava e admitir que havia espaços para negociações ou “acordos” entre senhores e escravos. Desta forma, podemos observar que, a partir da década de 2000, salvo raras exceções, há, entre a maioria dos autores de livros didáticos, a tendência de incorporar as abordagens e os novos conceitos historiográficos sobre a questão da resistência escrava oriundos das reflexões teóricas produzidas na academia desde o final dos anos 1980. Esta tendência historiográfica tenta recuperar o caráter de agente histórico do escravo no interior do sistema escravista, fazendo emergir ações autônomas e de resistência antes sublimadas ou ignoradas pela historiografia, além de abrir espaço para a compreensão de outras formas de dominação e manutenção da escravidão para além da violência, sem, contudo, negá-la.

Livros didáticos analisados:

⁷⁶ GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. **Toda a História** – História Geral e do Brasil. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- CALMON, Pedro. **Pequena História da Civilização Brasileira**: para escola primária. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- COTRIM, Gilberto. **História Global**: Brasil e Geral. Vol. Único. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- FARIA, Ricardo; MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. **História**. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1989.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História** – Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.
- HADDOCK LOBO, R.. **História do Brasil** – 1ª série curso ginásial. Edições Melhoramentos, 1952.
- MOTA, Myriam B.; BRAICK, Patrícia R. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. Da colônia à república. São Paulo: Saraiva, 1980.
- ROCHA POMBO, Francisco da. (Revista e atualizada por Hélio Vianna). **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2005.
- SILVA, Joaquim Silva. **História do Brasil**: para o quarto ano ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- _____. **História do Brasil**: 4ª série ginásial. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- TEIXEIRA, Francisco Maria Pires; DANTAS, José. **História do Brasil**: da Colônia à República - 2º grau. 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1979.
- VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.

Referências bibliográficas:

- ALGRANTI, Leila. **O feitor ausente**. Escravidão urbana no Rio de Janeiro. São Paulo: Vozes, 1988.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMPOS, Névio. Formação intelectual de Rocha Pombo e seus interlocutores teóricos (1879-1892). . In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História** (Anpuh), São Leopoldo, 2007. CD-ROM.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CÉZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e Nação no Brasil do século XIX*. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo, GÓES; José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadores). **História e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1979.

GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambigüidade**: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

KAYE, Harvey. **Los historiadores marxistas británicos**. Zaragoza: Prensas Universitárias, 1989.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: ed. Brasiliense, 1987.

NOVAES, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII**. São Paulo, Annablume, 1995.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Ivan N. dos. Tensões, continuidades e rupturas: passagens e fronteiras entre a produção historiográfica e escrita didática em História no trabalho de Rocha Pombo. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História** (Anpuh), São Leopoldo, 2007. CD-ROM.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. (Tradução de Jussara Simões). Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVA, Marilene Nogueira. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, Edward. **Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. **Tradiccion, revuelta y consciência de classe**. Barcelona: Crítica, 1984.

THOMPSON, Edward. La política de la teoría. In: SAMUEL, Raphael. **Historia popular y teoría socialista**. Barcelona: Grijalbo, 1984.